

Conflitos, Cidadania e o Ideal de uma Sociedade de Paz

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Caras Amigas,

Caros amigos

Para mim é sempre um prazer renovado estar aqui no Brasil e estar rodeado desta alegria e calor contagiantes dos brasileiros. Por isso, agradeço-vos que me tenham dado esta oportunidade de, uma vez mais, estar no vosso belo país e partilhar convosco algumas reflexões sobre alguns desafios do nosso tempo histórico.

Por feliz coincidência este evento toma lugar no dia em que se realizará daqui a algumas horas, aqui em Brasília um acto celebrativo do 15º aniversário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) criada a 17 de Julho de 1996 como um novo projecto cujo fundamento é a Língua Portuguesa, vínculo histórico e património comum dos seus oito membros da África, Europa América Latina e Oceania.

Os nossos dois países, Brasil e Moçambique partilham muitos aspectos da vida política, histórica e social, embora estejam localizados em continentes diferentes. Todavia, devido aos efeitos positivos da globalização notamos que essa distância geográfica, que separa os dois países irmãos, tem estado a ser superada pela nossa interacção contínua baseada na confiança e comunhão de interesses. Os desígnios dos nossos dois países fundam-se na paz, democracia e desenvolvimento ingredientes indispensáveis na promoção e exercício da cidadania.

Paz e democracia já são processos irreversíveis nos nossos países. Não se pode falar da cidadania sem soberania nem conceber a cidadania num contexto de opressão, instabilidade e insegurança. A realização deste encontro com a nossa participação constitui uma clara demonstração do esforço combinado para promoção do gozo da cidadania pelos cidadãos em cada um dos nossos países e noutros da CPLP e no mundo em Geral.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

O debate sobre conflito, cidadania e paz é de extrema relevância, para os nossos países, na medida em que a reflexão em si constitui o exercício da cidadania. O exercício das liberdades fundamentais dos cidadãos é um imperativo para a estabilidade política e social. Este encontro simboliza, igualmente, o nosso comprometimento com a paz, estabilidade e desenvolvimento em benefício dos nossos países e de toda a humanidade.

Teria gostado imenso que este nosso encontro fosse um encontro de celebração.

- Um encontro de celebração do fim da Guerra Fria, que tanto mal provocou à humanidade;
- Um encontro de celebração do fim do colonialismo, que tanto dano e atraso de desenvolvimento trouxe aos Africanos e outros povos por ele vitimados;
- Um encontro de celebração do fim do Apartheid e de regimes minoritários e racistas, que abriram feridas que ainda hoje custam a cicatrizar na África do Sul, no Zimbabwe e na África Austral em geral;

Teria gostado imenso que celebrássemos os benefícios políticos, económicos, sociais, culturais e espirituais que o fim destes males, que nos afectaram durante séculos, trouxe aos nossos povos. Infelizmente, ainda não é desta vez que vamos fazê-lo. Contrariamente às expectativas de muitos de nós, o fim da Guerra Fria não nos trouxe ainda os dividendos da paz, na sua plenitude.

Na verdade, a Guerra Fria parece ter sido sucedida por uma era de novos conflitos, de instabilidade económica e financeira sem precedentes, na qual basta a opinião, mais ou menos fundamentada, de uma empresa de que poucos ouviram falar, sobre um Estado, opinião essa expressa num breve comunicado, para ditar o destino de um povo inteiro. Penso que esta vulnerabilidade de países a opiniões críticas de empresas estrangeiras devia levar-nos a uma reflexão profunda sobre os poderes que essas empresas têm, de facto, sobre Estados e povos inteiros; devíamos igualmente reflectir sobre a influência da especulação financeira e o destino de países.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Venho de um país, Moçambique, e de um Continente, África, que muito viveram e sofreram conflitos violentos. O conflito principal é o que opôs os povos de África ao colonialismo

européu. Contudo, o Apartheid, na África do Sul, e o regime racista e ilegal de Ian Smith, no Zimbábue, foram também fontes importantes de conflito com os povos da região, bem como a guerra de desestabilização por eles criada e alimentada em Moçambique.

Num conflito há sempre um desacordo no qual as partes envolvidas vêm uma ameaça às suas necessidades, interesses ou preocupações. O desacordo resulta de diferenças de posição, fruto de grau maior ou menor de incompreensões, que tendem a exacerbar as diferenças. Durante a ocupação colonial, nós os moçambicanos tínhamos como nossa maior necessidade a liberdade que nos era negada pelo governo português; nós precisávamos dessa liberdade como condição *sine qua non* para podermos decidir sobre o nosso futuro, em gozo pleno da nossa soberania. O colonialismo recusava-se, terminantemente, a conceder-nos essa liberdade, o que criou diferenças insanáveis de posição entre nós e o colonialismo, levando-nos a recorrer à luta armada de libertação nacional, que terminou com a derrota deste regime político.

Na África do Sul, formalmente, o regime do Apartheid recusava-se a reconhecer à maioria dos cidadãos que eram os da raça negra, direitos iguais aos da raça branca, temendo perder os privilégios que aquela condição de falta de cidadania plena proporcionava à minoria branca. Neste caso, também havia uma diferença insanável entre o regime e a maioria do povo sul africano que só foi resolvida com o fim do Apartheid.

O regime de Ian Smith teve idêntica atitude em relação ao povo zimbabueano, que viu negados os seus direitos elementares de cidadania, particularmente no que diz respeito ao acesso à terra fértil e outros recursos do seu próprio país. A luta armada de Libertação nacional pôs fim ao regime ilegal, assim resolvendo esta contradição.

Como acabo de dizer, havia em muitos de nós a expectativa de que o fim da Guerra Fria e dos regimes coloniais e racistas seria seguido de uma era de paz, harmonia e prosperidade dos nossos povos. A própria opressão colonial e as experiências das nossas lutas de libertação nacional haviam-nos ensinado quão nefasta é a falta de liberdade, por um lado, e a necessidade da unidade que nos levasse a produzir e a pôr em prática uma agenda nacional para o nosso desenvolvimento, por outro.

Com o advento do Século XXI, os países africanos embarcaram num amplo programa de reformas políticas, económicas e sociais, destinados a abrir maior espaço de participação dos seus cidadãos em todos os aspectos da vida nacional. Contudo, instigados por forças coloniais derrotadas, por sentimentos de injustiça e exclusão de grupos étnicos ou religiosos em relação a outros nos mesmos países, por ambições pessoais de políticos pouco escrupulosos, ou por uma mistura de tudo isto, um novo ciclo de conflitos começou, desta vez, de conflitos intraestatais.

Moçambique figura entre os países africanos que mais sofreram os efeitos de conflitos. Às destruições e massacres perpetrados pelo colonialismo português, durante dez anos, juntaram-se as destruições e massacres da guerra de desestabilização, fruto dos regimes racistas e ilegais que

dominaram a África Austral, tendo a Renamo como seu instrumento. Contando com os desasseis anos que durou esta guerra, no total foram quase trinta anos de sofrimento atroz que se abateu sobre os moçambicanos, além de oportunidades perdidas de desenvolvimento. Uma geração inteira nasceu e cresceu num país em guerra, sem conhecer a paz.

Os efeitos e impactos da guerra de desestabilização, que decorreu de 1977 a 1992, foram devastadores:

- Cerca de um milhão de moçambicanos foram mortos, quatro milhões feitos deslocados internos e mais de dois milhões de refugiados nos países vizinhos;
- Na área da saúde, 96 unidades sanitárias, entre hospitais, centros de saúde e maternidades foram destruídos, o que, na altura representava mais de 20% da rede sanitária que o país então possuía; os que não foram directamente atingidos, deixaram de exercer, na plenitude, o seu papel, por falta de condições;
- Na área da educação, o país viveu o seguinte quadro:
 - ✓ Redução da rede escolar primária de cerca de 6.000 escolas que existiam para cerca de 3.200 em 1992, ano em que terminou a guerra, o que representou aproximadamente metade da rede escolar destruída;
 - ✓ A taxa de escolarização bruta baixou de 93%, em 1981, para cerca de 50%, em 1992, o que significa que os níveis de escolarização universal que estavam quase a ser alcançados foram drasticamente reduzidos;
 - ✓ A população escolar primária, que era de cerca de 1.400.000 alunos em 1979, baixou para cerca de 1.300.000, em 1992, quando, pelos ritmos naturais que se vinham registando, o número esperado seria ao redor de 2.000.000 de alunos;
 - ✓ Houve ainda muitos professores e alunos mortos e feridos.
- Outros edifícios públicos, linhas de transporte de energia, pontes e fontes de abastecimento de água foram igualmente destruídos;
- Devido à insegurança rural generalizada, a prática da agricultura ficou praticamente paralisada, nos sectores familiar, cooperativo e privado.
 - ✓ Assim, o efectivo de gado bovino passou de cerca 1.400.000 cabeças, em 1975, para cerca de 290.000, em 1995 (três anos após o fim da guerra);
 - ✓ a produção da castanha de caju baixou de 160.000 toneladas, em 1975, para cerca de 23.000, em 1990;

- ✓ o milho, decresceu de cerca de 96.000 toneladas, em 1975, para cerca de 69.000, em 1985;
 - ✓ a produção do arroz baixou de 94.000 toneladas, em 1975, para 24.000, em 1985;
 - ✓ Durante o período do conflito armado, o défice de cereais em Moçambique foi superior a 500.000 toneladas por ano, que tinham que ser cobertas por doações internacionais.
- Passados mais de 19 anos após o fim do conflito armado, o país ainda não conseguiu recuperar, na maioria das culturas, os níveis de produção anteriores à guerra.

Como resultado, para além das vítimas directas do conflito, todos os indicadores de saúde e bem estar das populações, tais como, taxas de mortalidade materna e infantil, malnutrição, esperança de vida ao nascer, escolaridade, e outros, sofreram um retrocesso dramático, reflexo da dura realidade que as afectava. Contam-se aos milhares as vítimas de minas e outros estropiados de guerra, muitos dos quais ainda hoje não encontraram reinserção plena na sociedade. Durante esse período sombrio da história do país, são poucos os moçambicanos que não perderam um familiar, um amigo, colega, vizinho ou simples conhecido.

Um outro impacto não menos importante da guerra em Moçambique é o enfraquecimento acentuado do funcionamento das instituições públicas e privadas, tais como escolas, hospitais, bancos, lojas, e outras, devido à destruição de edifícios e outras infraestruturas, ataques dirigidos contra funcionários, diminuição severa dos orçamentos, bem como à diminuição de oferta de bens e serviços de que necessitam para o seu funcionamento regular.

Caras Amigas ,

Caros amigos ,

Ao apresentar estes factos, não pretendo ressuscitar fantasmas do passado ou esgravatar feridas que estão em cicatrização lenta e dolorosa, mas tão somente ilustrar os impactos fortes que os conflitos armados têm sobre indivíduos, famílias, comunidades e países inteiros. Muitos desses impactos perduram toda a vida dos afectados e outros ainda, para além de uma ou duas gerações. Na verdade, em alguns países europeus ainda hoje se sentem sequelas da Segunda Guerra Mundial, que terminou há 66 anos.

Por isso, em meu entender, todo o esforço que é feito para a prevenção e resolução de conflitos nunca é demasiado para se evitar estes sempre elevados níveis de sofrimento humano. Aquele que pretende ajudar os outros na procura de soluções para conflitos, além do dever de compreender a génese e a anatomia desse conflito, deve dotar-se de um espírito de missão, para assistir os contendores a ultrapassar sentimentos de ódio e desconfiança mútuos, num processo lento, sinuoso e muitas vezes frustrante. Aliás, com muita frequência, a primeira barreira a vencer consiste justamente na falta de confiança que os beligerantes possam ter no facilitador, sobre o qual pode haver percepções de estar mais próximo de um dos actores do conflito do que de outros.

A experiência mostra que, para além dos directamente envolvidos, nos conflitos políticos há sempre uma componente externa, de composição e formas de actuação nem sempre claras. É necessário identificar e engajar essa componente, sob pena de fracasso de implementação de acordos que possam ser alcançados.

Muito preocupante nos dias que correm são as intervenções militares externas nos conflitos intraestatais, à margem do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com recurso a uma interpretação extrema das suas resoluções ou ainda a um grau de instrumentalização de organizações regionais. Estas tendências devem ser desencorajadas, por representarem novas formas de manipulação e distorção do multilateralismo com que as questões da paz e segurança internacionais devam ser tratadas.

Na génese de conflitos, também encontramos muitos casos de uma relação disfuncional entre governantes e governados. Quando, nos princípios deste ano, eclodiram as revoltas populares no Magreb e em alguns países do Médio Oriente, houve surpresa generalizada pelo ocorrido, pois, em muitos desses estados, os indicadores tradicionais de desenvolvimento económico e social pareciam francamente positivos, e, em alguns casos, mesmo elevados.

Nesses países, o acesso à saúde, à educação, habitação e alimentação condignas, bem como a outros serviços, estava plenamente assegurado e pouco transparecia da insatisfação profunda e rancor que albergavam algumas camadas das populações, a ponto de levá-las a desafiar e derrubar os seus governos, não obstante a forte repressão de que foram vítimas.

Embora seja cedo demais para se tirarem conclusões definitivas sobre este fenómeno, desde já, parece evidente que os governos desses países cristalizaram a sua atenção naquilo que era a sua “lista das necessidades do povo”, que, em grande parte, foi criada na altura das respectivas independências. Não se deram conta de que, à medida que essas necessidades eram satisfeitas, com sucesso, se operava na sociedade uma mudança demográfica significativa, dominada por uma juventude mais educada que a das gerações anteriores, com mais acesso à informação global, sobretudo através das modernas tecnologias de informação e comunicação. Esta geração

pós-independência é mais consciente e zelosa dos seus direitos de cidadania, sobretudo do direito à plena participação política.

Esta juventude, contrariamente à da geração anterior, não se mostra grata aos seus governos por lhes proporcionar acesso à saúde, à educação (muitas vezes fora do país) e outros benefícios. Na percepção destes jovens, ao providenciar à sociedade esses bens e serviços, os governos não fazem mais do que cumprir a sua obrigação de gerir e partilhar a riqueza nacional. Na sua óptica, porquê estar eternamente grato a quem simplesmente cumpriu o seu dever na altura, mas depois permaneceu surdo aos apelos de satisfação de novas necessidades?

Outro factor que parece estar na origem das revoltas é a falta de emprego para estes jovens, consentâneo com o seu nível e áreas de formação e as expectativas que tal formação gera. Em muitos dos nossos países, é cada vez mais frequente uma pessoa formar-se numa área e encontrar emprego numa outra, completamente diferente, o que cria frustrações. Mas os que encontram emprego podem considerar-se afortunados, pois muitos são aqueles que se formam mas não encontram qualquer emprego, correndo elevado risco de procurar afogar as suas frustrações em álcool, drogas e outros estilos de vida auto-destrutivos.

A corrupção dos agentes dos estados e a percepção de estilo de vida faustoso dos respectivos governantes e seus familiares, em contraste com as dificuldades por muitos vividas, são outras fontes importantes de frustrações e rancor dos cidadãos contra os seus governos. Contrariamente aos adultos, que tendem a ser mais tolerantes e acomodaticios à corrupção dos agentes do estado, o agudo sentido de justiça dos jovens leva-os a rejeitar este estado de coisas, colocando-os em prontidão para revolta, logo que se apresenta um factor desencadeante. Lembramo-nos que, no caso da Tunísia, o factor desencadeante da revolta foi a auto-imolação pelo fogo de um vendedor de rua, em protesto contra a actuação de corruptos agentes municipais, que o tinham como vítima preferida.

A corrupção, nas suas múltiplas facetas de extorções aos cidadãos por agentes do estado, abuso da função governativa em benefício próprio, acesso indevido a benefícios, etc, é particularmente revoltante para os cidadãos, por ser elevada expressão de injustiça e exclusão. Sendo vítima de corrupção, o cidadão sente-se defraudado, expoliado de direitos e com o sentimento de pertencer ao grupo social errado.

Em África uma causa frequente de conflitos é o acesso desigual aos recursos naturais, em particular à terra e água. O acesso e a gestão não transparente dos recursos minerais e dos seus rendimentos, sobretudo do petróleo e diamantes, tem sido também causa de conflitos políticos graves. A percepção de que os benefícios dessa exploração da riqueza nacional apenas beneficia estrangeiros e alguns nacionais, em particular governantes, agrava o seu potencial conflitivo.

Com o rápido crescimento que o sector dos recursos minerais está a ter em África, aumentam os riscos de conflitos que possam ter, como consequência, a inviabilização desses investimentos.

Por isso, é imperioso que os governos nacionais, as empresas investidoras, os seus países de origem e organizações internacionais relevantes, trabalhem em conjunto para identificarem e gerir responsável e eficazmente os factores de risco que possam ameaçar esses investimentos, numa perspectiva proactiva de prevenção de conflitos.

Esses actores devem trabalhar em conjunto para que seja definitivamente afastada a percepção, aliás bem fundamentada, de que a exploração de recursos minerais em África está intimamente associada ao cometimento de abusos sérios dos direitos humanos, a danos ambientais graves e alimenta-se de uma governação que impede o desenvolvimento da democracia, impondo grandes limitações ao exercício da cidadania.

O vasto material existente sobre responsabilidade social corporativa e governação corporativa oferece a todas as partes interessadas instrumentos eficazes para orientar o processo de harmonização dos interesses dos investidores, governos locais, trabalhadores e sociedade civil, evitando confrontações que podem degenerar em conflitos de grande dimensão, que ninguém pode prever quando e aonde vão terminar. Havendo uma boa governação para este sector de recursos naturais, particularmente dos minerais, podem ser obtidos importantes benefícios para todas as partes interessadas, assim se consolidando a paz nos nossos países e no mundo em que vivemos.

Todavia, se esta harmonização de interesses não for conseguida, o efeito combinado das limitações à participação política, do desemprego, da actuação corrupta de agentes do estado, da percepção da apropriação indevida da riqueza nacional pelos governantes e do estilo de vida pouco exemplar de dirigentes e seus familiares, vai, necessariamente, criar sentimentos cumulativos, sinérgicos e crescentes de injustiça, exclusão e frustração, que induzem à revolta de importantes faixas das populações contra os respectivos governos.

Por estas razões, a governação moderna é um exercício bastante exigente, que demanda uma atenção constante sobre os sentimentos e pontos de vista das diversas camadas das populações. Esses sentimentos, pontos de vista e necessidades, sendo evolutivos, exigem da governação moderna instrumentos eficazes do seu acompanhamento e ajustamento consequente de políticas governativas.

Aos governantes de hoje espera-se e exige-se que tenham uma compreensão elevada das dinâmicas da sociedade que dirigem e pautem a sua conduta por elevados padrões de ética. Eles enfrentam o desafio de ter de lidar com realidades políticas, económicas e sociais cada vez mais complexas, em ambientes muitas vezes voláteis. Por outro lado, mais cientes dos seus direitos de cidadania, os cidadãos são cada vez mais exigentes e impacientes por resultados. Neste contexto, uma acção bem sucedida dos governos é aquela que consegue estabelecer uma abordagem equilibrada de todas as dimensões da governação, tendo em conta as expectativas e necessidades das diversas camadas da população e os compromissos internacionais assumidos.

Na organização e funcionamento dos estados modernos devia haver sempre mecanismos eficazes de afastamento de governantes e outros agentes do estado que estejam em grave conflito com as regras de ética estabelecidas. Estes mecanismos haviam de ajudar a evitar que os cidadãos se sintam compelidos a recorrer à violência como expressão de forte descontentamento contra os seus governantes. Esta violência pode ter consequências graves para toda a sociedade, muito para além daqueles a quem se pretende atingir.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Em África, a democracia regista progressos assinaláveis, mas o ritmo desse desenvolvimento corre o risco de ser ultrapassado pela evolução das nossas sociedades, ditada pelo sucesso das políticas de massificação do acesso à educação e à informação que adoptámos. Em todos os países há uma pressão enorme dos cidadãos sobre os governantes para o alargamento do espaço de exercício da cidadania. Mais ainda, os cidadãos exigem que a sua participação em todos os aspectos da vida nacional não seja uma mera formalidade, mas que seja eficaz, que influencie políticas e decisões.

Há pouco eu afirmei que a governação moderna exigia a utilização de instrumentos eficazes de acompanhamento dos sentimentos, pontos de vista e necessidades dos cidadãos. Um novo instrumento africano que pode ser de grande ajuda aos governos da região é o Índice Mo Ibrahim de Governação Africana, criado em 2007, que procura medir a qualidade da governação de cada um dos 53 países independentes do continente, o que exclui o Sahara Ocidental. O Índice é medido numa escala de 100, baseado em 86 indicadores de boa governação, agrupados em quatro categorias, a saber:

- a) Oportunidade económica sustentável, que inclui questões tais como, gestão pública, ambiente de negócios, infraestruturas e desenvolvimento rural;
- b) Desenvolvimento humano, englobando as áreas de acção social, saúde e educação.
- c) Segurança e estado de direito, que inclui as sub-categorias de prestação de contas pelos governantes e outros agentes do estado, segurança pessoal e nacional. etc; e,
- d) Participação e Direitos Humanos, incluindo questões do género;

Trata-se de um instrumento que oferece aos cidadãos, autoridades públicas e parceiros uma visão de conjunto e avaliação objectiva partilhadas do progresso de cada um dos países. O Índice ajuda a identificar áreas que precisam de atenção especial dos governos e outras instituições da sociedade e medir os resultados dos esforços anteriormente feitos. Bem utilizado, e em

combinação com outros instrumentos existentes, tais como, o Mecanismo de Revisão de Pares e os Sistemas de Alerta Precoce das Comunidades Económicas Regionais, o Índice Mo Ibrahim pode ser um instrumento eficaz de gestão, alimentação e consolidação da paz e da democracia em África.

No caso da surpresa que ocorreu nos casos das revoltas nos países do Magrebe a que nos referimos acima podemos ver que os governantes estavam ofuscados com os sucessos que alcançavam no que respeita às áreas relativas aos indicadores a) **oportunidade económica** e b) **desenvolvimento humano** do índice Mo Ibrahim, o que os tornou cegos ao indicador c) **Segurança e Estado de Direito** bem como ao indicador d) **Participação e Direitos Humanos**. Para minimizar a evolução de um ambiente favorável ao conflito e sobretudo o conflito violento torna-se imperativo um equilíbrio dos quatro indicadores acima apresentados. Uma sociedade de Paz sustentável, depende deste equilíbrio. A falta de um bom desempenho sobre qualquer um dos indicadores pode conduzir a situações catastróficas sobretudo quando as populações sentem falta de liberdade e de segurança, falta de participação no processo de elaboração de políticas e decisões que afectam as suas vidas.

Caros Participantes

Caros amigos

Senhoras e Senhores,

Os nossos países aspiram a viver permanentemente em paz, sobretudo depois das dolorosas experiências que vivemos de conflitos e de negação do gozo da cidadania plena. Mas também somos detentores de experiências positivas e estimulantes dos benefícios que a paz e o fim de conflitos nos trazem. Sabemos, para o momento actual, qual o paradigma de relacionamento que se pretende estabelecido entre os nossos governos, o mundo corporativo e a sociedade em geral, numa parceria que a todos beneficie.

Saibamos fazer dessas experiências, conhecimento e experiências instrumentos de união e guia dos nossos esforços para que, cada vez mais, os conflitos sejam eventos do passado e para que a harmonização dos nossos interesses e pontos de vista se faça sempre pelo diálogo produtivo, que a todos beneficie.

A todos muito obrigado pela atenção com me escutaram.

